

QUANDO DEIXAMOS DE SER PORTUGUESES: A RUPTURA ENTRE PORTUGAL E BRASIL NOS IMPRESSOS DO TEMPO

Isabel Lustosa¹

RESUMO

A separação do Brasil de Portugal foi um penoso processo que envolveu questões de natureza, política, econômica e cultural. Este artigo apresenta o ambiente em que se deu essa ruptura a partir da análise de matérias publicadas em jornais portugueses e brasileiros, inserindo essas publicações no contexto em que apareceram. Evidencia-se que a identidade brasileira começou a ser delineada como uma reação às referências negativas às peculiaridades culturais e naturais da população e do território da ex-colônia expressas nos jornais portugueses. Ao mesmo tempo, resta igualmente evidente que os sentimentos que impulsionaram esse debate do lado europeu, eram de revolta contra a possível inferiorização da antiga metrópole.

Palavras-chave: Imprensa. Independência. Cultura Política. Identidade Nacional.

ABSTRACT

The separation of Brazil from Portugal was a painful process that involved issues of a nature, political, economic and cultural. This article presents the environment in which this rupture occurred from the analysis of articles published in Portuguese and Brazilian newspapers, inserting these publications in the context in which they appeared. It is evident that the Brazilian identity began to be delineated as a reaction to the negative references to the cultural and natural peculiarities of the population and the territory of the former colony expressed in Portuguese newspapers. At the same time, it is also clear that the sentiments that lead this debate on the European side were one of revolt against the possible inferiorization of the former metropolis.

Keywords: Press. Independence. Political culture. National identity

1 Isabel Lustosa, autora de diversos livros e artigos sobre a história política e cultural brasileira, é doutora em Ciência Política pelo antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e foi pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa por trinta anos. Ocupou a Cátedra Simón Bolívar, no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), Paris, 3 e a Cátedra Sérgio Buarque de Holanda, na Maison des Sciences de l'Homme, atuando como professora visitante da Universidade de Rennes-2. É, atualmente, pesquisadora integrada à Universidade Nova de Lisboa.

A imprensa liberal brasileira nasceu em meio aos debates que sucederam à revolução constitucionalista ocorrida na cidade do Porto em 24 de agosto de 1820. Até então, a única publicação com esse caráter que chegava ao Brasil, ultrapassando muitas dificuldades impostas pela censura, era o *Correio Brasiliense*². Este jornal foi um importante fator de formação da cultura política das elites portuguesa e brasileira durante a segunda década do século XIX. Habilmente, para difundir a importância da Constituição, Hipólito da Costa apresentou, desde os primeiros números, uma série de artigos sobre aquela que teria sido a primeira constituição produzida em Portugal por uma assembleia que reunira os três Estados da nação portuguesa, as chamadas Cortes de Lamego³. Era a forma de colocar em pauta o grande tema que, desde a independência dos Estados Unidos e, especialmente para a Europa, a partir da Revolução Francesa, ocupava a cena principal. A restauração da dinastia Bourbon no trono francês, em 1814, e a adoção do modelo de monarquia constitucional por Luís XVIII consolidariam a ideia de que a Constituição se tornara elemento incontornável das monarquias modernas. Por meio de revoluções ou reformas, as nações que se tinham conservado sob formas de governo do Antigo Regime, como Portugal e Espanha, seriam levadas a adotar o constitucionalismo.

A IMPRENSA LIBERADA NO BRASIL

Depois da revolução constitucionalista de 1820, o processo de transformação das instituições avançaria de forma vertiginosa nos dois lados do Atlântico. Em pouco tempo se passaria de um regime de poder absoluto para um sistema no qual o que prevalecia era o que decidia a assembleia reunida em Lisboa. Era ela que determinaria a volta do rei e que, à distância, ia definindo o que deveria ser o destino político e administrativo do Brasil. Os primeiros jornais surgidos no Rio de Janeiro depois da liberação da imprensa prevista nas bases da constituição que deveria ser produzida pelas Cortes foram inicialmente cautelosos. *O Bem da Ordem*, *O Amigo do Rei e da Nação* e *O Conciliador do Reino Unido*⁴ foram lançados em março de 1821, quando D. João VI experimentava a angústia que antecederia sua partida de volta para Portugal no final de abril daquele ano. Eram jornais que, como os títulos indicavam, pregavam a união entre os dois reinos e a manutenção da ordem sob a autoridade do rei.

2 O *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, publicação mensal editada e redigida pelo brasileiro Hipólito José da Costa, circulou entre 1808 e 1822 e era impressa em Londres.

3 Para uma análise dos sete artigos que Hipólito da Costa publicou, ver Buvalovas (2012, pp. 89-109).

4 Uma lista com os nomes e as informações sobre todos os jornais citados consta no final deste artigo.

Logo depois da chegada de D. João a Lisboa, em junho de 1821, um golpe militar promovido pelas tropas portuguesas aquarteladas no Rio de Janeiro reduziu o poder do herdeiro do trono que ficara no Brasil como príncipe regente. Em cartas ao pai, D. Pedro pediria para ser liberado do cargo para reunir-se a ele em Portugal. Estava realmente apavorado com o clima de beligerância que começara a emergir à sua volta entre portugueses e brasileiros.

As medidas tomadas pelas Cortes em relação ao Brasil provocavam reações, e já em outubro de 1821 corria o boato de que os brasileiros estavam se organizando para pedir a independência. Nesse contexto, começaram a circular no Rio três jornais que teriam grande importância nos eventos que se seguiram: o *Revérbero Constitucional Fluminense*; *O Espelho* e *A Malagueta*. Junto com o *Revérbero*, destaque merece *A Malagueta*. Seu redator era Luís Augusto May, português radicado no Brasil que convivera em Londres com Hipólito da Costa e que, apesar da imagem polêmica, contribuiria com propostas bastante avançadas, como a do sistema de jurados, que logo seriam implementadas em processo por abuso da liberdade de imprensa contra o jornalista João Soares Lisboa. Esses dois periódicos, o primeiro de publicação regular e o segundo intermitente, participaram da campanha iniciada imediatamente após a chegada dos decretos das Cortes que determinavam, entre outras medidas, a volta de D. Pedro a Portugal.

INSULTOS IMPRESSOS

O chamado Dia do Fico, 9 de janeiro de 1822, foi antecedido por uma movimentação em torno do príncipe regente que reuniu elementos da elite política do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, com destaque para José Bonifácio de Andrada e Silva. A decisão tomada por D. Pedro de, desobedecendo às Cortes, ficar no Brasil, marcou o início do rompimento institucional entre os dois reinos, ampliou os ressentimentos de parte a parte e acabaria por ampliar o estranhamento entre os portugueses nascidos na Europa e aqueles nascidos no Brasil. Daí em diante ficou cada vez mais difícil acreditar no ideal de uma só nação portuguesa e passou-se a buscar, nas características que distinguiam os portugueses de lá e os de cá, o que fazia de uns portugueses e de outros brasileiros.

Do ponto de vista dos portugueses, a ruptura começou a se desenhar em 1815 com a elevação do Brasil a reino e com os evidentes sinais de que D. João VI preferia conservar a corte no Rio de Janeiro. O grande impacto provocado pela ida do rei para o Brasil foi fatal para o amor-próprio dos portugueses, já tão maltratado pela grosseria e avidez de Napoleão e de

seus embaixadores, Lannes e Junot. A perda, ainda que temporária, do status de Lisboa como a metrópole do grande império português se deu em um quadro de outras tantas humilhações e prejuízos causados pelas invasões francesas. Expulsos os franceses, os militares ingleses que contribuíram decisivamente para esse desfecho continuaram dominando Portugal, pois na França Napoleão ainda se conservaria no poder até 1814, com uma breve volta em 1815.

Assim, para um homem pusilânime e acomodado como D. João, a perspectiva de voltar a uma Europa ainda conflagrada não era estimulante. Aparentemente ainda não o era no final de 1814, quando ele recusou a fragata inglesa que o fora buscar no Rio de Janeiro para levá-lo a Lisboa, sem que ele tivesse declarado claramente que queria ir. Em seguida, a elevação do Brasil a reino em 1815 despertou entre os portugueses as suspeitas de que os planos do rei não incluíam uma breve volta aos seus domínios europeus. O casamento do herdeiro do trono com a arquiduquesa da Áustria, Leopoldina, em 1817 e a coroação de D. João VI, em 1818, festas fundamentais da realeza, aconteceram no Rio de Janeiro, reafirmando seu status de capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A insatisfação com a atitude do rei se manifestou de forma mais clara nos periódicos portugueses que se publicavam em Londres, *O Portuguez* e *O Campeão Portuguez*. Este último fora criado em 1819 por José Liberato Freire, que tinha deixado a redação de *O Investigador Portuguez em Inglaterra* por se sentir tolhido nas críticas que queria fazer ao governo estabelecido no Rio de Janeiro. No *Campeão Portuguez*, ou *O Amigo do Rei e do Povo*, José Liberato não parte para uma crítica direta a D. João VI, preferindo, nos primeiros números, expressar o sentimento de rejeição nacional diante da predileção do soberano pelos brasileiros em detrimento dos portugueses. Ele exaltava Portugal, “um país que já foi berço da felicidade e ainda é tão mimoso dos dons da natureza”, que, no entanto, estaria reduzido a “uma miséria quase universal”⁵. Apelaria também para os sentimentos de seus leitores dentro da tradição do rei como pai da nação, dizendo: “sim, portugueses, vós estais órfãos”, isto porque D. João VI parecia “determinado ficar sempre onde estava e nenhum caso já fazia de Portugal”⁶.

Em meio ao processo que terminaria com a separação dos dois reinos, emergiu uma disputa em torno do lugar em que deviam ser fixados o rei e sua corte. Diante da nova realidade política que se estabeleceu a partir da Revolução Constitucionalista de 1820, essas manifestações que

5 *O Campeão Portuguez*, v. 1, n. 2, 16 jul. 1819, p. 40.

6 *Ibidem*, p. 84.

aconteciam até então de forma velada passam a se fazer de maneira mais ostensiva. O rei deveria ou não voltar para Lisboa? Partidários de uma e de outra posição se manifestaram dos dois lados do Atlântico. No Rio de Janeiro, circulou, a partir de dezembro de 1820, um folheto anônimo, mas que posteriormente se soube ter sido escrito pelo francês Francisco Cailhé de Geine, foi publicado pela Imprensa Régia. Já pelo título anunciava a que vinha: “Le Roi et la famille Royale de Bragançe doivent-ils, dans les circontances présentes, retourner en Portugal ou bien rester au Brésil?”. Baseado em seis pontos, o folheto defendia a permanência da família Bragança no Brasil. No primeiro deles já tripudiava, dizendo que Portugal precisava do Brasil, ao passo que “o Brasil, pelo contrário não tira a menor vantagem da união”⁷ e que a melhor posição para o rei era continuar “Senhor da parte, sem comparação, mais importante e florescente do Império”⁸.

A partir de então, começou uma “guerra de penas”, como a apresenta Lúcia Bastos das Neves (1999, pp. 1-17), em que os aspectos físicos dos dois reinos eram explicitados, realçando cada um dos antagonistas o que lhe parecia a superioridade de uma nação diante das desvantagens da outra. Portugal, jardim das delícias ou país pobre de riquezas naturais; Brasil e sua diversidade climática e ambiental, bem distribuída por uma imensa extensão territorial ou terra inóspita, despovoada e selvagem. O mais contundente exemplo desse embate foi o travado entre o autor anônimo de alguns panfletos assinados pelo *Compadre de Lisboa* e o padre Luís Gonçalves dos Santos, mais conhecido como “Padre Perereca”. Em um de seus panfletos⁹, o *Compadre de Lisboa* indagava:

Qual dos dois Reinos está convidando com mais meiguice a S. Majestade para vir estabelecer nele a sua Corte: o Brasil ou Portugal? A terra dos macacos, dos pretos e das serpentes ou o país de gente branca, de povos civilizados e amantes do seu Soberano? (...) O Brasil pode ser vasto, mas não é nada comparado a Portugal, está hoje reduzido a umas poucas hordas de negrinhos, pescados nas Costas da África, únicos capazes de suportar, (e não por muito tempo) os dardejantes raios de uma zona abrasada, o seu terreno interior está inculto e seria preciso que decorressem séculos para cultivar-se (...) que se fizesse transportar para lá todos os Calçetas da Europa e Meretrizes de Lisboa (que não havia de fazer má colheita)! (TOMÁS, 1821, p. 15.)

7 Trecho citado em português no “Exame Analytico-crítico...”, p. 8.

8 Ibidem.

9 Ver Tomás (1821). A autoria das cartas do *Compadre de Lisboa* foi atribuída a Manuel Fernandes Tomás por Cabral (1881, pp. 660-70).

A resposta viria em outro panfleto publicado no Rio de Janeiro atribuído ao Padre Perereca e de título ainda mais extenso: “Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa (em desagravo dos brasileiros ofendidos por várias asserções que escreveu na sua carta em resposta ao Compadre de Belém pelo filho do Compadre do Rio de Janeiro que a oferece e dedica aos seus patrícios)”. Ali, o autor rebate os argumentos do *Compadre de Lisboa* e ironiza a última parte da proposta:

... movido o seu piedoso ânimo de tão benignas e filantrópicas ideias a favor de um país ermo, despovoado, onde nada se lhe figura que não seja negro e com feitio de macaco, quer dar-nos gente branca, escolhida e com cara humana, ainda que as almas sejam de demônios; (...) E como, vindo tanta gente sem ser com as suas senhoras, não poderia prosperar tão luzidia colônia, (...) destina-lhes as suas patrícias meretrizes de Lisboa (...) e não satisfeito com a afronta que faz a si próprio, às suas patrícias e à toda Nação portuguesa, exclama muito contente e ufano: que não havia de fazer má colheita! Pois tantas há por lá, senhor compadre? (SANTOS, 1822, pp. 24-5.)

Naturalmente que o fato de o Brasil ter uma enorme população de escravos fazia com que o exemplo da Revolução de São Domingos (1798) fosse sempre agitado como consequência possível de qualquer revolta contra Portugal. Havia nessa comparação um elemento que feria os brios das elites brasileiras na confusão que podia haver entre os cidadãos livres de pele mais morena do Brasil e os rebeldes do Haiti. Ao confundir os protagonistas das cenas de violência que marcaram aquela revolução, fizeram dela o espantalho a todos os liberais que sonhassem com a independência das colônias americanas.

Os jornais do Rio de Janeiro¹⁰ difundiam as informações que lhes chegavam de Lisboa periodicamente pelos paquetes. Uma manifestação publicada na correspondência do *Correio do Rio de Janeiro* repercutia o *Exame crítico*, de João Bernardo da Rocha Loureiro (1822). O texto que o jornalista publicara em Lisboa colocava o Brasil em absoluto desmerecimento, como se fora um fardo para Portugal, e parecia ecoar as célebres palavras do deputado Manuel Fernandes Tomás: “Adeus, Senhor Brasil, passe por lá muito bem”. Depois de listar e satirizar oito pontos daquele documento, o autor comenta com amarga ironia:

10 Esses jornais foram o tema de minha tese de doutorado em Ciência Política, defendida no IUPERJ, em 1997, e publicada em 2000 sob o título de *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821–1823)*. Parte deste texto reproduz trechos dessa obra.

Que importa a Portugal o unir-se ao Brasil? Ele tem tudo e nós nada temos. Somos e seremos para ele um fardo que só o brio e a honra imporão a lei de carregar. O Brasil, abandonado, que representação alcançará? Talvez, quando feliz, a de São Domingos. Nossa soberba será quebrada, seremos o riso das Nações. Os pretinhos?... Forte desgraça! (...) recebei de bom grado o que se vos quiser dar, lembrados que o benefício é sempre além do vosso merecimento¹¹.

A notícia de que D. Pedro decidira desobedecer às determinações das Cortes e ficar no Brasil causara grande agitação naquela assembleia. Daí em diante, foi-se intensificando o clima de hostilidade não só por parte dos deputados como também por parte do povo das galerias, que catalisava ali o ressentimento de todos aqueles anos em que o Rio de Janeiro abrigara a corte portuguesa. Uma carta escrita por um deputado (que não se identifica), dá conta do clima reinante na Assembleia:

A rivalidade já passa a ódio, não só entre os Deputados de Portugal e Brasil, como entre o povo; as folhas já principiam a achincalhar-nos, é visível a aversão que nos têm os brejeiros; em uma palavra: a união do Brasil com Portugal é para mim já um prodígio¹².

A imprensa que nascia no Brasil mergulhou nessa guerra intercontinental com uma agressividade que evoluía à medida em que esquentavam os debates nas Cortes de Lisboa. Sucedeu, como decorrência natural da representação do povo brasileiro como horda de selvagens como no panfleto do *Compadre de Belém*, de grande repercussão, uma avaliação negativa do potencial de sua elite para enfrentar a nova realidade política. Um dos deputados portugueses teria dito que o Exército Brasileiro era uma corporação composta de cinco pretos, três mulatos, um branco, comandados por generais valetudinários. Outro declarara duvidar que, no Brasil, o mais erudito soubesse o que era Constituição, “quanto mais o seu sistema”¹³.

Dizia-se, segundo um leitor do *Silfo*, que as Luzes estavam muito pouco espalhadas por este imenso país; que poucos eram os que conheciam os direitos do homem e que o governo não encontrava pessoas capacitadas para empregar. “Enfim (principal objeto dos reclamadores) que não estamos preparados para uma Constituição Liberal”¹⁴.

A forma como eram descritos os brasileiros, sempre confundidos com a população indígena ou escrava, despertara seus brios e provocara reações

11 *Correio do Rio de Janeiro*, n. 42, 30 maio 1822. Este jornal passa a ser identificado pela sigla *CRJ*.

12 *CRJ*, n. 56, 19 jun. 1822.

13 *O Revérbero*, n. 11, 22 jan. 1822.

14 *O Silfo*, n. 17, 1 out. 1823.

que hoje seriam chamadas de afirmativas. Em carta publicada no *Diário do Governo*, alguém se apresentaria como um daqueles “que não se sabe se é branco, mulato, ou caboclo, isto é: sou brasileiro”¹⁵. Ou, ainda, alguém que, dizendo confiar em que vivia no “celebrado Século das Luzes, em que qualquer escritor para adquirir nome basta escrever”, promete fazê-lo, sem se meter em análises, porque, completava: “desgraçadamente sou brasileiro, isto é, índio, gentio, bárbaro, botocudo etc.”¹⁶.

Dentro desse mesmo espírito, surgiu no Brasil então a moda de trocar os patronímicos portugueses por palavras indígenas que denominavam lugares, árvores e animais brasileiros. Era um gesto de patriotismo manifestado tanto por pessoas da elite quanto por gente do povo. Em outubro de 1822, o jornal *O Volantim* publicaria uma série de anúncios onde pessoas afirmavam ter trocado de nome. Vinham de Pernambuco, como Francisco Paulo de Sousa Muniz, o cirurgião do brigue escuna *Maria Zeferina*. Num sábado, dia 18 de outubro de 1822, ele anunciou, através daquele jornal que, querendo “imitar honradamente a seus patrícios e possuído de igual patriotismo”, declarava que o seu nome, daquele dia em diante seria, “Francisco Paulo de Sousa Malagueta”. Também n’*O Volantim*, dias depois, quase toda a tripulação do *Pataxo Bonfim*, fundeado no porto do Rio de Janeiro, anunciava ter mudado de nome.

José Maria Migués, o piloto, anuncia ao público, que os sentimentos liberais de que a natureza o dotou e a terrível aversão que sempre tiveram os honrados pernambucanos ao monstruoso despotismo, não o deixam hesitar por mais tempo no desprezo que faz aos vis sarcasmos dos portugueses falsamente intitulados defensores da liberdade, uma vez que o egoísmo que reina em corações tão avaros intenta (porém debalde) escravizar o Império Diamantino e querendo o anunciante não discrepar da união sentimental de seus patrícios, roga aos senhores brasileiros e inimigos do despotismo o reconheçam por José Maria Migués Bentevi¹⁷.

O mesmo pensava o padre Pedro Antônio de Sousa, enviado a esta corte pelo clero da província de Alagoas, cujo nome “por inteiro” deveria ser conhecido dali em diante por “Pedro Antônio Cabra-bode”. José Caetano de Mendonça, também piloto da mesma embarcação, declarava que, apenas chegara ao Rio, tivera a

satisfatória notícia de que seus patrícios, tomando por menoscabo o insultante tratamento que os Deputados do Congresso Lisboense e muitos portugueses dão aos brasileiros e que, por isso mesmo, acrescentaram

15 *Diário do Governo*, n. 1, v. 2, 1 jul. 1823, p. 5.

16 *CRJ*, n. 42, 30 maio 1822.

17 *O Volantim*, n. 52, 30 out. 1822.

aos seus nomes outros de animais e plantas indígenas do Brasil, não pode sustentar por mais tempo seu entusiasmo, pelo que abrasado nas chamas do patriotismo e imitando seus patrícios, participa ao respeitável público que ele será conhecido de hoje em diante por José Caetano de Mendonça Jararaca¹⁸.

A este se juntava também o mestre do *Pataxo Bonfim*, Joaquim José da Silva, que apesar de ser filho de Portugal, dizia não poder ocultar as justas queixas que sentia contra seus antigos patrícios que “muito loucamente” se estavam empenhando na escravização deste “grande Império brasileiro”. Justificava sua opção pelo fato de residir no Brasil há mais de quarenta anos, um país, segundo diz ele, hoje tão livre como Pernambuco, “onde os naturais preferem a morte à escravidão e à menor sombra de despotismo”. Acompanhando os verdadeiros patriotas na mudança e “acrescentamentos de cognomes”, ele anuncia ao público que sua firma passa a ser “Joaquim José de Silva Jacaré”.

Mas o exemplo mais conhecido desse tipo de troca de nomes é o de Francisco Gomes Brandão Montezuma, jornalista e deputado baiano, futuro Visconde de Jequitinhonha, de grande atuação na cena da Independência. No início de 1823, Montezuma que era negro, “para animar o povo e tornar bem sensível o ressentimento baiano contra os lusitanos e com o objetivo de provar sua firme adesão à causa do Brasil”, mudou seu nome para “Francisco Gê Acaiaba de Montezuma”, incluindo assim duas nações indígenas em seu sobrenome.

Era a inclusão de elementos da natureza, mas também das línguas indígenas e africanas que acabaram sendo incorporados à portuguesa. No contexto da independência já se acentuava a diferença no jeito de falar o português nos dois reinos. Na fuga dos deputados brasileiros que não quiseram jurar a constituição portuguesa, o piloto da barra, que conduziu o paquete, vendo a bordo brasileiros, reconheceu Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e ouviu também ser falado o nome de Cipriano Barata. Convenceu-se mesmo de que eram os nossos deputados quando, já fora da barra, um dos passageiros, com sotaque característico do Brasil, gritou para ele: “Diga lá que agora venham nos pegar!”.

No mais curioso e divertido jornal que se publicou no Rio de Janeiro em 1822, *O Macaco Brasileiro*, foi incluída uma crônica que descreve a chegada de um estudante brasileiro em a Coimbra. Logo que chegou, ele já provocara a hilaridade de seu arreeiro quando pegara os frutos de uma oliveira e saíra tranquilamente a comê-los, como se no Brasil eles já nascessem nas árvores “com toda a sua salmoira”. Por isso teve que ouvir:

18 *O Volantim*, n. 52, 30 out. 1822..

“Valha-o o diabo, é macaco, veio do mato, este carioca pensa que são cocos do Brasil. Olhe que azêmola!”. Desde a roupa até a maneira de falar do brasileiro, diz o narrador, era “chamariz para a caixeirada: foi festa”. Numa loja de doces, com toda a singeleza e simplicidade brasileira, como diz *O Macaco*, o estudante pediu um “certo peso de balas”, no lugar de “rebuçados”, como se usava e ainda se usa em Portugal. A doceira então retrucou: “Balas! Más balas te passem de banda a banda!”¹⁹.

A diferença no jeito de falar era mais um elemento de diferenciação entre brasileiros e portugueses. O comentário depreciativo chamando o brasileiro de macaco registra o tipo de reação que provocavam nas ruas de Portugal as marcas culturais que, ao lado da cor, nos faziam diferentes: a linguagem, a roupa, os costumes. Antes da Independência, Portugal e Brasil já eram duas culturas que se vinham distanciando e se redefinindo. Como conclui filosoficamente *O Macaco* dessa aventura: “Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso”²⁰.

RUPTURAS

Foi diante das divergências que começavam a surgir entre portugueses e brasileiros em torno das decisões que estavam sendo tomadas nas cortes de Lisboa que dois maçons, Joaquim Gonçalves Ledo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, decidiram lançar *O Revérbero Constitucional Fluminense*. Expressão maior de um republicanismo convertido à monarquia constitucional por força das circunstâncias, *O Revérbero* e outras publicações de mesma visão travariam intenso combate durante o ano de 1822. Seria um novo jornal, lançado em abril daquele ano por um aliado, *O Correio do Rio de Janeiro*, que daria início à campanha pela convocação de uma Assembleia Constituinte Brasileira.

Logo depois da Independência, o grupo liderado por Ledo e pelo presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira, tentaria fazer com que o imperador jurasse obedecer a Constituição antes de sua feitura. Demonstravam assim que o monarquismo constitucional de sua proposta reduzia consideravelmente os poderes do monarca em favor da assembleia e, por isso, seriam implicados em uma devassa sob a acusação de conspirarem para fazer do Brasil uma república. A este projeto se opunha José Bonifácio de Andrada e Silva, então ministro do reino, que ordenaria a devassa que passou à história como Bonifácia e fez com que parte dos brasileiros que tiveram atuação importante no movimento do Fico e na Independência tivesse que fugir do Brasil ou fosse deportada.

19 *O Macaco Brasileiro*, n. 9 [1822].

20 *Ibidem*.

Quando José Bonifácio assumiu o ministério do reino, era considerado um dos maiores homens de ciências portuguesas e era, possivelmente, o brasileiro de seu tempo que mais ascendera por seus talentos durante o reinado de D. João VI. Quando se aposentou, em 1819, ele, que vivera por 36 anos em Portugal, se despediu da Real Academia de Ciências da qual era membro, dizendo:

É esta, ilustres acadêmicos, a derradeira vez, sim, a derradeira vez, com bom pesar o digo, que tenho a honra de ser o historiador de vossas tarefas literárias, e patrióticas; pois é forçoso deixar o antigo, que me adotou como filho, para ir habitar o novo Portugal, onde nasci. (...) Consola-me igualmente a lembrança de que, da vossa parte pagareis a obrigação em que está todo o Portugal para com a sua filha emancipada, que precisa de pôr casa, repartindo com ela das vossas luzes, conselhos e instruções. (SILVA, 1963, p. 144.)

Era a manifestação de uma confortável relação de afeto familiar que, o Andrada achava, deveria se prolongar durante o desenvolvimento da filha emancipada que, desde 1815, passara de colônia a reino. Linguagem bem diversa da impregnada de ódio com que *O Tamoio*, jornal patrocinado por José Bonifácio e seus irmãos, se referiria aos portugueses, depois que romperam com o imperador D. Pedro I, em julho de 1823. Já no título trazia uma provocação, pois os tamoios foram os índios que, no Rio de Janeiro do início da colonização, se aliaram aos franceses para combater os portugueses. Tratava-se de uma provocação também contra o imperador, que passara de melhor amigo a maior inimigo dos Andrada em poucos meses.

Desde o primeiro número, *O Tamoio* se empenharia em estimular a rivalidade entre brasileiros e portugueses, resumindo a história do que chamou de “três séculos de exploração” do Brasil. Dizia que os portugueses, mesmo quando tinham vindo buscar no Brasil um abrigo contra “a fome e a miséria”, não cessavam de olhar para o seu país de origem, ressaltando as suas vantagens em detrimento das daquele que os fizera felizes: “Enxovalhando com epítetos de cabras e mulatos às mesmas famílias nele estabelecidas cuja nímia bondade os tinha admitido em seu seio por meio de consórcios para eles muito vantajosos”²¹.

A ruptura entre o imperador e seu ministro, José Bonifácio de Andrada e Silva, em julho de 1823, colocou-o, junto com seus ativos irmãos, Martin Francisco e Antônio Carlos, nas fileiras da oposição. De defensores da concentração do poder nas mãos de D. Pedro, fizeram-se seus inimigos, associando-o a supostos projetos de reunião das duas coroas e realçando o fato de o imperador do Brasil ter nascido em Portugal. A partir daí tomou

21 *O Tamoio*, n. 33, 6 nov. 1823.

corpo uma campanha antilusitana, em que se insuflava o povo contra a presença portuguesa no Brasil, especialmente contra os militares que, enviados de Portugal para combater a independência, acabaram aderindo às forças brasileiras. E foram os ataques contra esses militares publicados em outro jornal supostamente patrocinado pelos Andrada, *A Sentinela da Liberdade na Guarita da Praia Grande*, que proporcionaram o estopim para a crise final da primeira Assembleia Constituinte Brasileira.

A campanha contra os portugueses liderada pelo *Tamoio* encontrara eco nas sessões da Assembleia, inaugurada em maio e dissolvida em novembro de 1823 pelo imperador. Era o final de um ciclo em que a recém-nascida imprensa brasileira tivera papel fundamental no rumo que os acontecimentos tomaram no país. Essa imprensa também era filha da revolução constitucionalista de 1820 e surgira graças à liberdade de imprensa garantida antes mesmo de inaugurados os trabalhos das Cortes. É por meio dela que podemos acompanhar o doloroso processo que levou à separação da grande família portuguesa.

O período que antecedeu à dissolução da assembleia constituinte de 1823 assistiu a um dos mais intensos debates políticos da história do Brasil. Durante dois anos, a imprensa funcionou como verdadeiro motor dos acontecimentos, provocando e definindo conflitos e situações importantes. Era um contexto de grande indefinição institucional que abrangia não só o status do Brasil como nação, mas também quais leis o regulariam: seriam as feitas em Portugal pela assembleia de lá ou as feitas aqui pela assembleia daqui ou, ainda, as feitas e outorgadas pelo príncipe?

No ambiente exaltado de luta por novos direitos ainda não de todo definidos, travava-se uma disputa em torno do lócus do poder: se deveria concentrar-se nas mãos do príncipe, amparado pela maturidade, força e prestígio de José Bonifácio, ou nas mãos de uma assembleia que fizesse a constituição que definiria o formato e o destino político e administrativo do Brasil. Essa tensão, associada à outra, provocada pelas disputas entre brasileiros e portugueses em um contexto de redefinição de identidades nacionais, se prolongaria durante dois anos. Alcançaria seu desfecho com os atos de força pelos quais D. Pedro dissolveu a Assembleia Constituinte, em 12 de novembro de 1823; outorgou a Carta Constitucional, em 25 de março de 1824, e, logo depois, sob o pretexto de reprimir a Confederação do Equador, passou a governar de forma absoluta. Só depois da inauguração dos trabalhos legislativos, em 3 de maio de 1826, é que o Parlamento e com ele a imprensa voltariam a atuar.

Durante todo o Primeiro Reinado, a oposição a D. Pedro I se faria com base em sua origem portuguesa. A morte de D. João VI, em 1826, fazendo dele rei de Portugal com o título de D. Pedro IV, reacendeu as

desconfianças sobre seu suposto projeto de reunião das duas coroas. A luta que travou para fazer da filha, Maria da Glória, a rainha de Portugal foi fator de instabilidade e provocou uma guerra entre brasileiros e portugueses nas ruas do Rio de Janeiro que o levou à abdicação do trono em 7 de abril de 1831. Daí em diante, ao longo de todo o século XIX e primeiras décadas do XX, o sentimento antilusitano viveria momentos de maior ou menor força, com especial destaque para o período que sucedeu à Proclamação da República, no governo Floriano Peixoto, em que as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal chegaram a ser rompidas²².

Caberia talvez um estudo no campo da história das sensibilidades sobre a maneira como as duas nações viveram essa separação. O quanto implicou de sofrimento a perda do Brasil para os portugueses que se orgulhavam de serem donos de uma terra tão rica, e para os brasileiros a perda do status de uma nação com uma base europeia, o que reduzia o caráter negativo de seu tropicalismo, digamos assim. Mas, no caso de homens como José Bonifácio de Andrada e Silva e Hipólito da Costa, que viveram na plenitude a certeza de seu pertencimento à grande nação portuguesa, na qual tinham vivido, se formado, feito amigos, essa ruptura foi ainda mais difícil. Mesmo com tantas manifestações de amor ao Brasil e às suas riquezas, a perda do status de cidadão português era algo difícil de aceitar. As elites brasileiras que tinham aderido com tanta determinação ao projeto do Brasil independente mantinham a filiação intelectual às tradições da alta cultura portuguesa. E não podia ser de outra forma. Não conheciam nem tinham vivido nenhuma outra cultura, já que as culturas de origem indígena ou africana estiveram sempre alijadas do que deveria ser considerado como cultura.

CONCLUSÃO

Há poucos anos, participando de um seminário em Lisboa em que se apresentaram textos sobre autores brasileiros do século XIX, especialmente da segunda metade, como Machado de Assis, José de Alencar, Olavo Bilac etc., um debatedor português lamentou que essa literatura nada tivesse de muito diferente da literatura portuguesa de igual período. Eram os mesmos tempos literários, romantismo, realismo, naturalismo; era a mesma poesia condoreira, as mesmas imagens clássicas, a mesma

22 Gladys Sabina Ribeiro vem estudando, há mais de trinta anos, o processo de divisão das identidades brasileira e portuguesa no contexto da Independência e do Primeiro Reinado, como também as manifestações de sentimentos antilusitanos no Brasil ao longo do século XIX e começo do XX. A informação para os seus principais artigos está disponível em: <<https://pesquisadores.uff.br/academic-production/noites-das-garrafadas-uma-historia-entre-outras-de-conflitos-antilusitanos-e>>.

linguagem rebuscada. Esperava ele que essa cultura erudita tivesse sido de alguma forma transformada pela incorporação de elementos das culturas índias e africanas.

Não sei se na hora eu disse, mas pensei: o que você esperava? Que depois que nossos antepassados foram para a América e conquistaram, submeteram e impuseram os nativos, convertendo-os às suas cultura e religião, estivéssemos falando tupi-guarani? Não. Ser elite no Brasil foi sempre confundido com ser europeu, ser branco (ou, na falta disto, ser mestiço claro), e quem ascendia ia logo ocupar seu lugar do lado de lá, dando adeus aos acarajés, à rede de dormir e à viola. E isto não mudou muito.

Os grandes escritores brasileiros do XIX procuraram se associar aos elementos formadores da nacionalidade fazendo uma literatura que falava deles, mas não era escrita na forma deles. Nem poderia ser diferente, pois as escolas brasileiras sempre trabalharam para o apagamento dessas marcas. No entanto, produziram algo que, mesmo tendo essa dívida com a cultura portuguesa europeia, foi original, peculiar e merece ser lido e avaliado em seu contexto. Uma cultura herdeira da tradição camoniana, herança cultural da qual nos orgulhamos, como tantos poetas e escritores brasileiros o demonstram. Afinal, a gente sempre foi português, só que morava longe.

REFERÊNCIAS

- BUVALOVAS, Thais H. dos Santos. *Hipólito da Costa em Londres: Libertadores, 'Whigs' e radicais no discurso político do Correio Brasiliense (1808/1812)*. Dissertação (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30042013-102854/pt-br.php>>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881.
- GEINE, Francisco Cailhé de. *Le Roi et la famille Royale de Bragançe doivent-ils, dans les circonstances présentes, retourner en Portugal ou bien rester au Brésil?* Rio de Janeiro: L'Imprimerie Royale, 1821.
- “EXAME analytico-crítico da solução da questão: o Rei e a Família Real de Bragança devem, nas circunstancias presentes, voltar a Portugal ou ficar no Brasil? Publicado na Côrte do Rio de Janeiro por hum Anônimo em idioma Francez nos ultimos dias do Anno próximo passado”. In FAORO, R. (org. e intr.). *O debate político no processo da Independência* (reprod. fac-similar). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Cultura, 1973.
- LOUREIRO, João B. da Rocha. *Exame crítico do parecer que deu à comissão especial das Cortes sobre os negócios do Brasil*. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1822.

- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821–1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. “A ‘guerra de penas’: os impressos políticos e a independência do Brasil”. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 8, pp. 41-65, ago. 1999.
- SANTOS, Luíz Gonçalves dos. *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa, em desagravo dos brasileiros offendidos por varias asserções, que escreveu na sua carta em resposta ao Compadre de Belem*. 2a ed. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Colig. e reprod. por Edgard de Cerqueira Falcão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.
- TOMÁS, Manuel Fernandes. *Carta do Compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém, ou juízo crítico sobre a Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Tipografia Real, 1821.

Jornais

- Império do Brasil: Diário do Governo*. Vários redatores. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1823–1833.
- O Amigo do Rei e da Nação*. Redator Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro, mar.–jun. 1821.
- O Bem da Ordem*. Redator Cônego Francisco Vieira Goulart. Rio de Janeiro, mar.–dez. 1821.
- O Campeão Portuguez, ou O Amigo do Rei e do Povo*. Redator José Liberato Freire de Carvalho. Londres, 1819–1821. Periodicidade quinzenal.
- O Conciliador do Reino Unido*. Redator José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro, 1 mar.–28 abr. 1821.
- O Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Redator Hipólito da Costa. Londres, 1808–1822.
- O Correio do Rio de Janeiro*. Redator João Soares Lisboa. O jornal teve duas fases: 10 abr.–21 out. 1822; 1 ago.–24 nov. 1823. Publicou também edições extraordinárias entre 24 maio e 31 jul. 1823.
- O Espelho*. Redator Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Rio de Janeiro, 1 out. 1821–27 jun. 1823.
- O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literario Politico*. Redatores Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha, José Liberato Freire de Carvalho. Londres, 1811–1819. Periodicidade mensal.
- O Macaco Brasileiro*. Redatores Manuel Zuzarte e Pedro da Silva Porto. Rio de Janeiro, jun.–ago. 1822. Neste período circularam dezesseis números, impressos na Tipografia de Silva Porto e Cia. Periodicidade bissemanal.
- A Malagueta*. Redator Luís Augusto May. Lisboa, edições regulares de 18 dez. 1821–jun. 1822 e extraordinárias até 1833.

- O Portuguez ou Mercurio Politico, Commercial e Litterario.* Redator João Bernardo da Rocha Loureiro. Londres. O jornal foi editado em dois momentos: abr. de 1814–1822 e 1823–1826. Periodicidade mensal.
- O Revérbero Constitucional Fluminense.* Redatores Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Rio de Janeiro, 15 set. 1821–8 out. 1822.
- A Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande.* Redator Joseph Stephano Grondona. Rio de Janeiro, 5 ago.–11 nov. 1823.
- O Silfo.* Redator Antônio José Falcão. Rio de Janeiro, 6 ago.–1 nov. 1823.
- O Tamoio.* Atribuído aos Andrada. Rio de Janeiro, 12 ago.–11 nov. 1823.
- O Volantim.* Rio de Janeiro, set.–out. 1822.